

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº:	1001669-03.2015.8.26.0566
Classe - Assunto	Alienação Judicial de Bens - Alienação Judicial
Requerente:	Doroti Marisa de Souza e outros
Requerido:	Vlademir de Souza e outros

DOROTI MARISA DE SOUZA E OUTROS ajuizaram ação contra **VLADEMIR DE SOUZA E OUTROS**, pedindo a extinção do condomínio inerente ao imóvel situado na Avenida Doutor Teixeira de Barros, nº 325, Vila Prado, nesta cidade, haja vista a impossibilidade de divisão cômoda do bem.

Os réus foram citados e somente Vlademir de Souza apresentou defesa, aduzindo que nunca se opôs à alienação do imóvel.

Houve réplica.

Realizou-se a diligência pericial, sobrevindo manifestação apenas do autores.

É o relatório.

Fundamento e decido.

É dispensável a produção de outras provas.

O imóvel pertence às partes, em comunhão, e não foi possível a extinção desse vínculo amigavelmente, não havendo outra solução, que não a alienação judicial. Ademais, não houve discordância dos réus quanto à alienação do imóvel, de modo que deve ser acolhido o pedido formulado na petição inicial.

O perito judicial estimou o valor de mercado do imóvel, sem objeção das partes, havendo mesmo concordância a respeito.

Diante do exposto, **acolho o pedido** e determino a alienação judicial do imóvel, para extinção do condomínio.

1001669-03.2015.8.26.0566 - lauda 1

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Transitada esta em julgado, prosseguir-se-á com a alienação por intermédio de corretor credenciado. A alienação será diligenciada pelo preço mínimo da avaliação do imóvel, R\$ 408.540,00, com atualização monetária desde a data do laudo.

Do preço apurado, caberá a cada qual dos condôminos a respectiva quota ideal, lícito exercerem o direito de preferência.

Vencidos na causa, condeno os réus ao pagamento das custas e despesas processuais, além dos honorários advocatícios dos patronos dos autores fixados em 15% do valor da causa, corrigidos desde a época do ajuizamento.

A execução dessas verbas, porém, **fica suspensa** com relação ao réu Vlademir de Souza, nos termos do artigo 98, § 3º, do Código de Processo Civil, pois deferido a ele o benefício da justiça gratuita.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 22 de maio de 2017.



Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA